

Dívida externa e a PCdemia da corrupção

ROBERTO DE ABREU SODRÉ

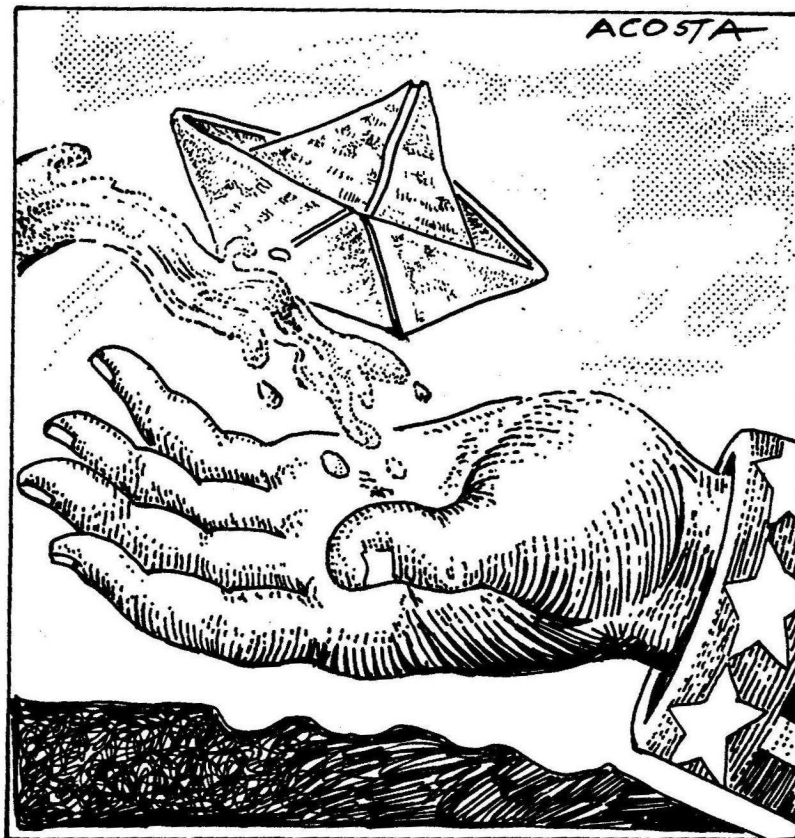
Perdoar dívidas e devedores, só no Padre Nosso antigo. O assunto do dia (uma notícia boa!) é o acordo com os banqueiros. Mas estou pensando também em outros compromissos ainda não saldados.



Negociações frustradas em administrações anteriores chegaram a bom termo sob a liderança serena e competente do ministro Marcílio. Podem alguns economistas divergir nos pormenores, mas quase todos os brasileiros aplaudem, em sua substância, o acordo da dívida externa.

Por que terá demorado tanto? Entre outras razões, porque o endividamento se acumulou também em outras moedas — como a do nacionalismo arrogante, a da criação de bodes expiatórios, a da desfaçatez na apologia do calote, a do cinismo no descumprimento da palavra. Eram moedas podres infiltradas nas negociações.

Foi preciso coragem para reconhecermos nossas fraquezas, humildade para darmos ouvidos às admoestações dos cobradores, firmeza para reconquistarmos crédito. Após um “mea maxima culpa” de devedor contrito de seu mau comportamento na comunidade internacional, eis que dela voltamos a participar. E isso também após um “mea culpa” de banqueiros até então severos demais no julgamento de nossa inadimplência e por de-



mais céticos quanto à nossa passagem, da adolescência de incendiários demolidores, para a maturidade dos bombeiros reconstrutores. Pois bem, haverá opções de abatimentos, que na verdade atestam o reconhecimento da exorbitância dos juros anteriores. Mas não haverá reza que leve ao perdão.

Vamos pagar, vamos voltar a crescer. Mas, para isso, outras dívidas hão de ser pagas. Muita gente precisa fazer o seu “confiteor” e

saldar compromissos assumidos. E o primeiro é o primeiro mandatário do Poder Executivo.

Há, porém, assustadores indicadores de um comportamento análogo ao que levou o Brasil a amargar anos a fio na ante-sala dos credores, e que pode levar o presidente, se decretada sua falência, a seguir o destino dos falidos. Está se esboçando no cenário doméstico uma “reprise” da pantomimice que tenta desviar a atenção do povo — já

desperto pelo pipocar de escândalos que fizeram corar até um *frater*, Pedro. Teme-se que o vinho reconstituente do acordo da nossa dívida externa suba à cabeça do presidente e que a amnésia dos intoxicados o leve a esquecer quantas promissórias de sua dívida interna estão vencendo, as maiores delas relacionadas ao compromisso de saneamento moral, hoje sufocado sob a PCdemia da corrupção.

Ainda há tempo para o aguerrido piloto se corrigir ao rumo desta bela nave. Rezemos para que o faça.

Depois do primeiro, vem o segundo grande devedor.

Avizinham-se, para outubro, as eleições municipais. A base do organismo político vai ser teatro de disputas sem que ainda tenhamos lei eleitoral de uma democracia adulta, lei de organização partidária de um país moderno. O Poder Legislativo precisa pagar essa, entre outras dívidas. E aqui recorro a recente e magistral aula de Paulo Brossard, ao ser empossado na presidência do Superior Tribunal Eleitoral, faz pouco mais de um mês. No entanto, onde está a divulgação dessa cartilha-ferramenta para erradicação de nosso analfabetismo político? Não assumirá, a imprensa, a responsabilidade por essa terceira grande dívida de que é credor o povo brasileiro?

Voltarei, nesta coluna, a abordar o tema da reforma eleitoral e partidária. Sem elas, não teremos a democracia de que o Brasil tanto necessita.

■ Roberto de Abreu Sodré, advogado, foi governador do Estado de São Paulo e ministro das Relações Exteriores